

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 27112/2013

ASSUNTO: Consulta.

PARECER Nº 1034/2015-CF

EMENTA: Consulta. Polícia Civil do DF. *Questão apresentada:* Possibilidade dos integrantes da Carreira Policial Civil do DF ter reconhecido como especial o tempo prestado ao CBMDF, conforme LC/51/85. Decisão TCDF pelo aproveitamento (d. 5716/2013). Entendimento deste MPC/DF pela resposta negativa. FASE ANTERIOR - Mandado de Segurança impetrado pela Procuradoria do DF contra decisão TCDF. Liminar concedida para suspender os efeitos da decisão. Acompanhamento do processo judicial. *Fase atual* – Trânsito em julgado – *Tempo de serviço NÃO pode ser aproveitado com tempo especial.* **Conhecimento. Determinação.**

Tratam os autos de Consulta formulada pela Polícia Civil do DF no que diz respeito à possibilidade de reconhecimento, aos servidores da carreira policial civil do DF, do tempo de serviço prestado ao CBMDF para fins de aposentadoria especial, de acordo com o previsto na LC Nº 51/85, este o objeto da Consulta.

2. O corpo técnico, em abalizada instrução, manifestou-se, anteriormente, pela impossibilidade que o período averbado seja aproveitado como tempo especial, conforme os termos da Consulta. Importante apresentar suas conclusões:

É inegável que tanto as polícias quanto os Corpos de Bombeiros trabalham em prol da segurança pública. No entanto, o ordenamento jurídico estabeleceu atribuições aos Corpos de Bombeiros que não guardam correlação com aquelas estabelecidas às organizações policiais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Verifica-se que a função de polícia judiciária, destinada à apuração de infrações penais e sua autoria, é exercida pela Polícia Federal e pelas polícias civis e militares². A polícia ostensiva, de caráter eminentemente preventivo, caracterizada pela visibilidade por meio do uso de uniformes e viaturas, é exercida pelas Polícias Rodoviária e Ferroviária Federal, além das polícias militares. A essas últimas, cabe ainda a preservação da ordem pública. Identifica-se, pois, nas atribuições das Polícias, a finalidade de combate à criminalidade.

Diversa, porém não menos importante, é a atuação dos Corpos de Bombeiros-Militares, a quem compete proteger a incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos.

Resta claro que o ofício dos Bombeiros-Militares não se confunde com as atividades policiais, razão pela qual o tempo prestado ao Corpo de Bombeiros não deve ser considerado como exercício em cargo de natureza estritamente policial, para fins de concessão da aposentadoria prevista no inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 51/1985.

3. O Estatuto dos Bombeiros-Militares, conforme o previsto na Lei nº 7.479/1986, art. 2º, estabelece as respectivas atribuições, essas não relacionadas e não guardando correlação com atividades policiais:

Art. 2º O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, instituição permanente, essencial à segurança pública e às atividades de defesa civil, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina, e ainda força auxiliar e reserva do Exército nos casos de convocação ou mobilização, organizada e mantida pela União nos termos do inciso XIV do art. 21 e dos §§ 5º e 6º do art. 144 da Constituição Federal, subordinada ao Governador do Distrito Federal, destina-se à execução de serviços de perícia, prevenção e combate a incêndios, de busca e salvamento, e de atendimento pré-hospitalar e de prestação de socorros nos casos de sinistros, inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e outros em que seja necessária a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio. (grifamos).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

4. De fato, não obstante a constatação de que Corpo de Bombeiro Militar está incluso no art. 144 da CF, que lista os órgãos relacionados à Segurança Pública do Estado, fato é que as atribuições do **CBMDF não se coadunam com a natureza policial**. É entendimento prevalente neste MPC que a aposentadoria especial para policiais tem que ser vista como uma regra de exceção em relação ao regime comum, não se podendo admitir que se incluam neste rol atividades não relacionadas diretamente à função policial. A disposição legal que deverá ser observada quanto aos limites do requisito temporal deve estar em conformidade com a LC 51/85, não cabendo interpretação extensiva para se ampliar a carreiras que não desenvolvam atividades estritamente policiais. O inciso I do artigo 1º da LC 51/85 prevê com requisito para a inativação especial pelo menos 20 (vinte) anos de **exercício** em cargo de natureza estritamente policial.

5. Destaca-se aqui informação, já conhecida nos autos, que o TJDF na apelação cível nº 2001011044299-2 negou provimento ao recurso do autor em que solicitava o reconhecimento do período prestado no CBMF como tempo estritamente policial, argumentando *“apesar daquela competente Organização Militar exercer com grande empenho o poder de polícia, não há que se falar em função policial, pois o poder de polícia é inerente e se difunde por toda a Administração Pública, enquanto a função policial é prerrogativa exclusiva das polícias civil e militar, que exercem as funções privativas de Polícia Judiciária e preventiva, respectivamente, atuando sobre as pessoas, individualmente ou indiscriminadamente; já o CMDf, in casu, atua sobre os bens, direitos e atividades em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Assim, toda atividade policial exerce o poder de polícia, mas nem todos os órgãos que tem o poder de polícia exercem a atividade policial”*.

6. Recentes Jurisprudências do STJ confirmam a **impossibilidade** de aproveitamento, para efeito de aposentadoria especial, do tempo prestado às Forças Armadas, o que de alguma forma corrobora entendimento acima especificado:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MÉDICO LEGISTA DA
POLÍCIA CIVIL. CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO NAS
FORÇAS ARMADAS. APOSENTADORIA ESPECIAL. LEI
COMPLEMENTAR N. 51/1985. EXIGÊNCIA DE ATIVIDADE
ESTRITAMENTE POLICIAL. RESTRIÇÃO LEGAL.
JURISPRUDÊNCIA DO STJ.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

1. O Tribunal a quo não se manifestou sobre o Estatuto dos Militares, sobre as Leis n. 3.313/1957 e 4.878/1965, logo, não se fez o necessário prequestionamento. Aplicação das súmulas 282 e 356 do STF.

2. Não é possível computar o tempo de serviço prestado nas Forças Armadas para concessão de aposentadoria especial de policial civil, porquanto o art. 1º da Lei Complementar n. 51/1985 exige pelo menos 20 anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial.

3. As atribuições dos militares das Forças Armadas não são idênticas às dos policiais civis, militares, federais, rodoviários ou ferroviários. Enquanto aquelas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, as atribuições dos policiais estão relacionadas com a segurança pública, preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Apesar das atividades se assemelharem, em razão do uso de armas, hierarquia e coerção para a ordem, possuem finalidades e atribuições distintas.

4. Ademais, a atividade estritamente policial a que se refere a Lei Complementar n. 51/1985 não diz respeito apenas ao exercício do cargo em si, mas deve ser entendida como o efetivo desempenho de atividades em condições de risco ou que representem prejuízo à saúde ou à integridade física, conforme interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 3817/DF). Tais condições não poderiam ser examinadas em sede de recurso especial, em razão da súmula 7/STJ.

Precedente do STJ. Recurso especial conhecido em parte e improvido.

REsp 1357121 / DF. RECURSO ESPECIAL. 2012/0256024-8

Classe do Processo : 2012 01 1 008513-3 ACJ - 0008513-65.2012.807.0001 (Res.65 - CNJ) DF

Registro do Acórdão Número : 601248

Data de Julgamento : 26/06/2012

Órgão Julgador : 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Relator : JOÃO FISCHER

Ementa



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA ESPECIAL. APROVEITAMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 1985. RECEPÇÃO PELA ORDEM CONSTITUCIONAL DE 1988. LIMITES INTERPRETATIVOS DE TEXTO RESTRITIVO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPREENDER ATIVIDADE ASSEMELHADA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERANTE AS FORÇAS ARMADAS NÃO CONSTITUI ATIVIDADE ESTRITAMENTE POLICIAL. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

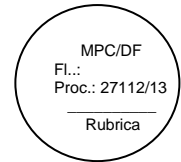
1. A LEI COMPLEMENTAR Nº 51/1985 FOI RECEPCIONADA PELA ORDEM CONSTITUCIONAL VIGENTE COMO NORMATIVA INFRACONSTITUCIONAL REGULADORA DO ART. 40, § 4º, DA CARTA FEDERAL DE 1988, QUANTO À APOSENTADORIA ESPECIAL POR DESEMPENHO DA ATIVIDADE POLICIAL (ADI Nº 3817).

2. A INTERPRETAÇÃO DE UMA NORMA JURÍDICA PARTE DO TEXTO QUE COMPÕE O SEU ENUNCIADO, DE MODO QUE A INTERPRETAÇÃO CONSTRUÍDA PELA ATIVIDADE JURISDICIONAL DEVE PRESERVAR OS LIMITES IMPOSTOS PELO TEXTO.

3. FACE AOS LIMITES INTERPRETATIVOS INSCRITOS NO TEXTO DO ART. 1º, I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 51/1985, NÃO SE PODE EXTRAIR DELE NORMA QUE AUTORIZE DENSIFICAR O CONCEITO DE "ATIVIDADE ESTRITAMENTE POLICIAL" POR ATIVIDADE CUJO EXERCÍCIO SEJA ASSEMELHADO, E NÃO EFETIVAMENTE COINCIDENTE. DIANTE DISSO, IMPÕE-SE A CONCLUSÃO DE QUE O TEMPO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR NÃO ILUSTRA, PARA FINS DA APOSENTADORIA DISCIPLINADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 51/1985, ATIVIDADE DE NATUREZA ESTRITAMENTE POLICIAL.

4. É POSSÍVEL O APROVEITAMENTO DO TEMPO JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS, PARA AVERBAÇÃO, VEDADA A UTILIZAÇÃO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL, COMO TEMPO DE EXERCÍCIO ESTRITO DE ATIVIDADE POLICIAL.

5. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

SEM HONORÁRIOS.

7. O que ocorre é que os servidores militares pertencem a um regime de previdência distinto dos civis, não se sujeitando ao disciplinamento previsto no artigo 40, parágrafo 4º, da CF. A aposentadoria especial para os militares deve estar prevista em legislação específica, conforme o comando de outros artigos da CF, quais sejam: art. 42 combinado com o 142, X. Assim, podemos entender que a LC 51/85 aplica-se tão somente aos servidores policiais civis, não alcançando carreiras regidas por legislações peculiares

8. A discussão a respeito da identificação de uma atividade de risco por parte dos servidores do CBMDF foge ao objeto da Consulta, por isso não se abordará a questão à luz do artigo 57 da Lei 8213/1991.

9. Conforme os fundamentos antes apresentados, este MPC, na mesma linha defendida pelo corpo técnico, concluiu pelo conhecimento da Consulta, **respondendo à PCDF que o tempo averbado junto ao CBMDF não deve ser computado como tempo especial (LC nº 51/85).**

10. O **TCDF**, em manifestação divergente, trilhou por outro caminho:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da consulta formulada pela Polícia Civil do Distrito Federal, uma vez que atende aos requisitos do art. 194 do RI/TCDF; II – responder à Polícia Civil do Distrito Federal que, considerando o contexto da edição da Lei Complementar nº 51/85 e os resquícios que ainda hoje existem de a atividade do Corpo de Bombeiros estar ligada à da Polícia Militar em algumas Unidades da Federação, e o novel entendimento desta Casa, expressos nas Decisões nºs 6.558/12 e 4.133/13, quanto à compreensão da expressão “atividade estritamente policial”, e em respeito aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, **é possível o aproveitamento, pelos servidores integrantes da Carreira Policial Civil do DF, do tempo de serviço prestado ao Corpo de Bombeiros Militar, como tempo especial, e para esse fim tão somente para a integralização dos 20 (vinte) anos exigidos para concessão da aposentadoria especial prevista no art. 1º,***



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

inciso I, da LC nº 51/85; III – autorizar o arquivamento dos autos. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator (Anexo II). (grifei)

11. **Na fase anterior** se apreciou a repercussão do julgamento do MS nº 2014.00.2.006552-3, impetrado pela Procuradoria-Geral do DF. Ao sugerir o acompanhamento do WRIT, explica a instrução:

Em decisão interlocutória, o Relator do mencionado Writ, Desembargador Romão C. Oliveira, deferiu a liminar pleiteada, suspendendo, assim, os efeitos da Decisão nº 5716/2013, fato que entende-se relevante ser levado ao conhecimento do Plenário desta e. Corte.

Em consulta ao site do TJDFT constatou-se que o citado Mandado de Segurança ainda não possui decisão com trânsito em julgado.

Por fim, cumpre ressaltar que não consta dos autos informação de que a Polícia Civil do DF ou a Câmara Legislativa do DF, que possuem servidores em cargos que são beneficiários em potencial da Lei Complementar nº 51/85, e, portanto da Decisão nº 5716/2013, tenham sido cientificadas dessa liminar. Assim, em atenção à segurança jurídica, visando evitar o deferimento de aposentadorias com o cômputo autorizado por meio da Decisão nº 5716/2013, cujos efeitos encontram-se suspensos, entende-se relevante dar conhecimento da mencionada liminar proferida no prefalado Writ a esses jurisdicionados. Registre-se que essa sugestão consta da Nota nº 109/2014-CJP e do Ofício nº 45/2014-CJP (fls. 51 e 52)

12. Na atual fase, indica a instrução que houve o trânsito em julgado do Mandado de Segurança citado, com **decisão final no sentido da impossibilidade** do aproveitamento do tempo como especial, senão vejamos as conclusões da SEFIPE:

10.Dessarte, entende-se que o deslinde do Mandado de Segurança nº 2014.00.2.006552-3 ora transitado em julgado, que resultou em decisão judicial que reconheceu que “o tempo de serviço prestado ao Corpo de Bombeiros Militar não pode ser aproveitado como tempo especial, para fins de concessão de aposentadoria especial prevista no art. 1º, I, da LC 51/85” (atualmente, com redação dada pela Lei Complementar federal nº 144, de 15 de maio de 2014), consoante Acórdão TJDFT nº 852.224 (fls. 152-153, 157-168 e 202), deve ser conhecido por esta Colenda Corte de Contas do Distrito Federal, cabendo também determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e à Câmara Legislativa do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

Distrito Federal – CLDF que tornem sem efeito eventuais concessões deferidas com o cômputo autorizado pela Decisão nº 5716/13 (fl. 43), providência que deverá ser verificada em auditoria futura deste Tribunal.

11. Diante o exposto, sugere-se ao e. Plenário:

- I. conhecer da decisão judicial que determinou que o tempo de serviço prestado ao Corpo de Bombeiros Militar não pode ser aproveitado como tempo especial, para fins de concessão de aposentadoria especial prevista na Lei Complementar federal nº 51/85, ante ao trânsito em julgado do Mandado de Segurança TJDFT nº 2014.00.2.006552-3;*
- II. determinar à Polícia Civil do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do Distrito Federal que tornem sem efeito eventuais concessões deferidas em desconformidade com o item anterior, providência que será verificada em futura auditoria deste Tribunal; e*
- III. autorizar o arquivamento do feito.*

13. Este Ministério Público de Contas, sem maiores delongas, considerando que já se manifestou no mérito a respeito da matéria, concorda com as sugestões lançadas pela instrução.

É o parecer.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora MPC/DF